

**CONSOLIDAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS SUL-AMERICANOS A PARTIR  
DAS FRONTEIRAS E DA INTEGRAÇÃO REGIONAL**

**CONSOLIDACIÓN DE LOS ESTADOS NACIONALES SUDAMERICANOS SOBRE LA  
BASE DE LAS FRONTERAS Y LA INTEGRACIÓN REGIONAL**

**CONSOLIDATION OF SOUTH AMERICAN NATION STATES BASED ON BORDERS  
AND REGIONAL INTEGRATION**



Miguel DHENIN<sup>1</sup>  
e-mail: miguel.dhenin@gmail.com

**Como referenciar este artigo:**

DHENIN, M. Consolidação dos estados nacionais Sul-americanos a partir das fronteiras e da integração regional. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. esp. 3, e023030, 2023. e-ISSN: 2236-0107. DOI: <https://doi.org/10.14244/tp.v32iesp.3.1041>



| **Submetido em:** 30/04/2023  
| **Revisões requeridas em:** 20/06/2023  
| **Aprovado em:** 11/09/2023  
| **Publicado em:** 20/12/2023

---

**Editores:** Profa. Dra. Simone Diniz  
Prof. Dr. Eduardo de Lima Caldas  
Profa. Dra. Mércia Kaline Freitas Alves  
Dr. Vinícius Silva Alves

**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá – AP – Brasil. Professor do curso de Relações Internacionais e do Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF).

---

**RESUMO:** Esse artigo tem como propósito principal oferecer aos leitores um panorama amplo do processo de consolidação das fronteiras sul-americanas à luz da integração regional, desde o começo do século XVI até os dias atuais. Para tal, mobilizamos elementos conceituais oriundos do campo da história e da geopolítica para analisar as principais evoluções e linhas de pensamento utilizadas durante o processo de construção da América do Sul. O argumento do artigo é que a dinâmica regional resulta da tensão (ou dialética) entre os centros (geo)políticos e as áreas de fronteiras, inserindo-se nos processos de consolidação interna das nações sul-americanas. Como resultado, podemos afirmar a resistência histórica, por parte das nações do continente sul-americano, em aprofundar politicamente o processo de integração regional, particularmente à luz da experiência vivenciada durante a pandemia global.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado. Nação. Fronteira. Integração. América do Sul.

**RESUMEN:** *El objetivo principal de este artículo es ofrecer a los lectores un panorama amplio del proceso de consolidación de las fronteras sudamericanas a la luz de la integración regional, desde principios del siglo XVI hasta la actualidad. Para ello, movilizamos elementos conceptuales del campo de la historia y la geopolítica para analizar los principales desarrollos y líneas de pensamiento utilizados durante el proceso de construcción de América del Sur. El argumento del artículo es que la dinámica regional resulta de la tensión (o dialéctica) entre los centros (geo)políticos y las zonas fronterizas, insertándose en los procesos de consolidación interna de las naciones sudamericanas. En consecuencia, podemos afirmar la resistencia histórica, por parte de las naciones del continente sudamericano, a profundizar políticamente el proceso de integración regional, particularmente a la luz de la experiencia vivida durante la pandemia mundial.*

**PALABRAS CLAVE:** *Estado. Nación. Frontera. Integración. América del Sur.*

**ABSTRACT:** *The main purpose of this paper is to offer readers a broad overview of the process of consolidation of South American borders in the light of regional integration, from the beginning of the 16th century to the present day. To this end, we mobilize conceptual elements from the field of history and geopolitics to analyze the main developments and lines of thought used during the construction process of South America. The argument of the article is that the regional dynamics result from the tension (or dialectic) between the (geo)political centers and the border areas, inserting itself in the processes of internal consolidation of the South American nations. As a result, we can affirm the historical resistance, on the part of the nations of the South American continent, in politically deepening the process of regional integration, particularly in light of the experience lived during the global pandemic.*

**KEYWORDS:** *State. Nation. Border. Integration. South America.*

## Introdução

O objetivo do artigo é apresentar aos leitores um panorama bastante amplo do processo de consolidação das fronteiras e dos projetos de integração regional, desde o século XVI até os dias atuais. Dependendo da extensão do período percorrido, trata-se sobretudo de apresentar algumas linhas de pensamento para abordar os processos de constituição dos Estados e as dinâmicas fronteiriças que influenciaram a construção da América do Sul. Como ponto de partida, partimos de elementos históricos e geopolíticos existentes, à luz da construção dos nacionalismos sul-americanos. Este exercício é realizado em três etapas:

Na primeira seção deste capítulo, discutimos a formação das fronteiras na América do Sul, desde a era colonial até o período republicano, no final do século XIX, passando rapidamente pelas guerras de independência. A segunda seção parte do pós-guerra, em 1945, período marcado por iniciativas regionais de incentivo ao desenvolvimento do continente, desde a década de 1950 até meados da década de 1990. Finalmente, a última seção visa apresentar brevemente questões sociais atuais no sul América, sob o prisma dos temas atuais (político, comercial e saúde pública).

## Breve histórico da formação de fronteiras na América do Sul

### O impacto histórico da época colonial (séculos XV-XIX)

O expansionismo marítimo das potências europeias visava a abertura de novas rotas comerciais, deslocando esforços da região mediterrânea para a atlântica. Isso começou com a anexação de territórios na África. Através da escravidão, as colônias sul-americanas foram moldadas pela violência, particularmente nas regiões dominadas pela Coroa espanhola. Num primeiro momento, a exploração pelos colonizadores ibéricos de recursos primários como a madeira (*pau brasil*) ou metais preciosos mostrou-se muito lucrativa (CHAUNU, 2010).

A Igreja foi uma das instituições centrais do projeto colonial ibero-americano. Com efeito, a catequização em massa pelos jesuítas satisfez as populações indígenas, de forma a formar uma elite mestiça. Esta se dedicava a atividades econômicas, mas também administrativas, como o comércio triangular (GUILLERMON, 1992). Por outro lado, é notório a constituição de elites mestiças locais, que tiveram um papel singular em reproduzir a colonialidade, articulada na dialética entre saber e poder (QUIJANO, 2005).

Do ponto de vista da gestão territorial, a América portuguesa optou por constituir um sistema de capitania hereditária, localizada ao longo das costas do atual Brasil. Estes não foram capazes de sustentar um comércio florescente por causa das muitas dificuldades. Aos poucos, os territórios sul-americanos foram se transformando de um local de produção primária em uma espécie de plataforma para o mercado internacional de escravos entre a África, a Europa e as Américas (VESPÚCIO, 2003).

A formação dos territórios nas Américas espanhola e portuguesa (mas também no Escudo das Guianas) foi o resultado de longos e coordenados movimentos das elites europeias e depois crioulas no sentido de criar as condições ideais para a exploração dos recursos naturais. No final do século XVIII, a expulsão dos jesuítas pelas coroas portuguesa e espanhola marca o fim deste ciclo, devido à falta de entusiasmo pelas expedições de demarcação e às dificuldades encontradas na concretização de projetos expansionistas (HOLANDA, 1989).

### **O impacto das guerras de independência na formação das fronteiras**

Durante o século XIX, a América do Sul viu o surgimento de novos Estados. O desenvolvimento colonial fortaleceu as economias locais e foi fator de consolidação de poderosas oligarquias locais por muitos anos. Do ponto de vista geopolítico, é importante notar que foram assinados tratados para liberalizar o comércio marítimo na América do Sul. Esse foi particularmente o caso da abertura de portos para empresas inglesas no Brasil (CLIMACO, 2010).

As Guerras Napoleônicas na Europa aceleraram o processo da Guerra da Independência, espalhando-se como fogo na primeira década do século XIX. No que diz respeito à América espanhola, nasceram personalidades como José de San Martín ou Simón Bolívar e deixaram sua marca nesses movimentos. As guerras de independência durarão até 1830, com a independência do Uruguai, grande aposta geopolítica do Cone Sul (FREGA, 2011).

Estes movimentos de independência ficaram pela rejeição das reivindicações das correntes unitárias (nomeadamente a polarização das elites), pela centralização do poder pelos chefes locais e sobretudo pela manutenção de uma sociedade com estruturas econômicas e sociais particularmente desiguais. Em 1822, o Príncipe Regente Pedro I transferiu a capital do império para o Rio de Janeiro, o que *de fato* transformou o Brasil em um estado independente (ENDERS, 2008).

Diante desse movimento de expansão no Brasil, projetos de aproximação ou integração das jovens nações independentes passaram a se estruturar em torno da figura de Simón Bolívar

(WASSERMAN, 2010). Durante o Congresso do Panamá em 1826, o projeto de unidade territorial latino-americana foi debatido, mas isso esbarrou nos interesses das elites crioulas que queriam manter sua influência sobre esses Estados. Assim, os Estados sul-americanos começaram, no final do século XIX, a adotar modelos republicanos, que puseram fim ao tempo dos Impérios na América do Sul (CERVO; BUENO, 1992).

### **O surgimento de jovens repúblicas e a construção de estados nacionais**

Os movimentos republicanos na América do Sul foram marcados por grande instabilidade, com destaque para numerosos golpes de Estado que levaram os militares ao poder. Foi no início do século XX que as figuras do diplomata e do militar ganharam importância, a fim de consolidar o interior desses espaços estratégicos (Amazônia no Brasil, com a importante missão de Rondon ou mesmo a Patagônia no quadro do desenvolvimento da Argentina). Trata-se de afirmar o papel do Estado nacional nas fronteiras sul-americanas, pouco ou nada ligado às capitais e centros econômicos. A Primeira Guerra Mundial também foi uma oportunidade para muitos países, como Brasil e Argentina, reacenderem tensões históricas, como as ligadas à demarcação de fronteiras nacionais (COMPAGNON, 2013).

Uma das questões importantes da época estava relacionada ao acesso da Bolívia ao mar e ao conflito com o Paraguai. Podemos ainda citar a negociação da compra do território do Acre, em 1903. Um diplomata também teve uma importância central no Brasil para a consolidação territorial. Com efeito, o Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Junior foi a base de um árduo trabalho de negociações diplomáticas com os países vizinhos. Ele habilmente usou arbitragens internacionais para definir as vastas fronteiras do Brasil, seja com a contestada Guiana Francesa (reconhecida em 1900) ou como já mencionado no oeste do país com o Acre (BUENO, 2012).

Outros estadistas sul-americanos também terão influência marcante nesse período. Naquela época, a Guerra do Chaco (1932-1935) entre a Bolívia e o Paraguai teve um impacto duradouro na América do Sul. Isso está ligado à derrota da Bolívia durante a Guerra do Pacífico, mas também por causa da descoberta de hidrocarbonetos na região do *Gran Chaco*. Este conflito foi particularmente mortal e foi responsável por mais de 200.000 mortes (BANDEIRA, 1998).

Mas a chegada do fascismo à Europa em meados da década de 1930 também marcou as jovens repúblicas, com importantes escolhas geoestratégicas e alianças com o Eixo (Alemanha nazista, Itália de Benito Mussolini e Japão imperial) ou relativa neutralidade. Mais uma vez, os

processos de demarcação de fronteiras foram influenciados pelos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial na Europa entre 1939 e 1945.

## **Etapas da construção da integração sul-americana: da CEPAL à Unasul (1948-2008)**

### **A questão do desenvolvimento no centro dos debates sobre a integração regional**

O processo de integração regional desenvolveu-se em torno de dois movimentos. De um lado, a tentativa de construção de uma confederação panamericana. Apesar de seu fracasso, a doutrina panamericana deixou um legado no continente, principalmente com a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948 (SANTOS, 1998). Por outro lado, a política expansionista brasileira e a crescente abertura comercial formalizaram o nascimento de dois dos principais blocos regionais da América do Sul: o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina (CAN).

No âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), o projeto de integração regional privilegiou a esfera econômica, influenciada pelo pensamento funcionalista, que favoreceu também a criação das Comunidades Europeias (em 1957, com o Tratado de Roma). Esse projeto também estava vinculado ao pensamento econômico desenvolvido no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948 (QUENAN; VELUT, 2011).

O pensamento cepalista foi forjado na industrialização por substituição de importações e na integração regional como estratégia para o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento. A criação do Instituto para a Integração Latino-Americana (IILA) por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1966 refletiu a importância dada então à integração regional. Com a abertura democrática, duas nações se uniram para estabelecer um projeto de integração mais política (BUENO *et al.*, 2014).

De fato, os presidentes Sarney (Brasil) e Afonsín (Argentina) assinaram a Declaração do Iguazu em 1985, que criou uma Comissão Mista Binacional de Alto Nível para acelerar o processo de integração regional na América do Sul. Na década de 1990, os dois países adotaram políticas econômicas bastante liberais, consideradas inéditas. Nesse contexto, os dois vizinhos formaram um mercado comum. A assinatura da Declaração de Buenos Aires, em julho de 1990, instituiu oficialmente o grupo Mercado Comum, encarregado, como seu nome indica, de constituir o Mercosul (CAMARGO, 1993).

## **A integração liberal dos anos 1990: o impacto da regionalização no processo de integração sul-americano**

Apesar de sua origem bilateral, Uruguai e depois Paraguai aderiram ao projeto de integração regional em 1991. A abertura a outros países da região como membros associados foi decidida pela aceleração da Iniciativa para as Américas, orquestrada pelos Estados Unidos. Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai ratificaram o Tratado de Assunção em 1991, que aprofundou o comércio, principalmente ao acelerar a liberalização dos mercados do bloco Mercosul, regimes específicos, salvo-condutos e sistemas de solução de controvérsias (SEITENFUS, 1992).

Com a entrada em vigor do Protocolo de Ouro Preto (1995), o Mercosul ganhou o status de organização internacional com personalidade jurídica e marcou definitivamente o ingresso da América do Sul nos blocos de integração regional do globo (DABÈNE, 1995). Com base em precedentes históricos, os Estados membros do Mercosul assinaram a Declaração de Compromisso Democrático em 1996, na qual reafirmaram sua plena adesão aos princípios e instituições democráticas, ao Estado de direito e ao respeito aos direitos e liberdades humanos. Em 2002, o Protocolo de Ushuaia ratificou esta decisão histórica (MONTES; ANASTASIA, 2017).

As assimetrias regionais, ligadas ao peso demográfico do Brasil e à crise financeira na Argentina, dificultaram o florescimento do bloco regional, fator determinante na rejeição à abertura de um processo mais intenso de integração regional no final da década de 1990. Foi nessa época que foi concebida a Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA). Pretendeu-se assim estimular o financiamento de grandes projetos de investimento em torno de dez grandes áreas. Os temas discutidos são transportes, energia, telecomunicações e reformas fiscais (DHENIN, 2015).

Influenciada pelas políticas neoliberais, a IIRSA possibilitou a integração das áreas produtivas industriais e dos recursos naturais com os mercados interno e externo. Para isso, foram lançadas grandes infraestruturas (como pontes, autoestradas, gasodutos, linhas ferroviárias e portos) com a chave de muitas parcerias público-privadas. Como parte da Unasul, a IIRSA se reestruturou a partir de 2008 para formar o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan).

No início dos anos 2000, os recém-eleitos e progressistas presidentes Lula e Nestor Kirchner fortaleceram o processo de integração regional com a criação em 2004 da Comunidade de Nações Sul-Americanas (CASA), de acordo com a ratificação da Declaração de Cusco. Esta

se transformou na União de Nações Sul-Americanas (Unasul) cujo objetivo, a partir de 2008, era reunir politicamente os países em torno de um mesmo projeto de integração, aproveitando uma espécie de impulso, *com governos alinhados ideologicamente* (NERY, 2016).

Aqueles que estão mais inclinados ao desenvolvimento de uma política mais autonomista. Por fim, a Unasul foi criticada por algumas nações do continente, argumentando que serviria ao Brasil como plataforma diplomática para exercer sua influência junto às grandes potências. Um dos objetivos declarados pelo presidente Lula foi a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), com a chegada do Brasil como membro permanente do Conselho.

### **Além do Mercosul e da CAN: modelos alternativos de integração?**

Nos últimos anos, observadores têm apontado para um deslocamento relativo da América do Sul como um subsistema de importância crescente para suas políticas internas e externas de alto nível, particularmente em relação à América do Norte (aqui está a influência dos Estados Unidos). De fato, o processo de integração regional tornou-se mais complexo, notadamente pela fragmentação das alianças econômicas, que são mais pragmáticas. Referimo-nos aqui à ascensão do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA em inglês) e da Aliança do Pacífico (2011) no início dos anos 2000 (REIS, *et al.*, 2014).

Na América do Sul, meados da década marcou o estabelecimento de estruturas Sul-Sul, que questionaram e desafiaram as assimetrias do sistema internacional. Com efeito, foi neste período que se constituíram organizações alternativas ao liberalismo (resposta ao consenso de Washington), adotando assim um modelo de regionalismo pós-liberal, como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba), a Comunidade dos Estados da América Latina e Caribe (Celac) e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) (BRICEÑO-RUIZ, 2021).

Diante desses movimentos, os Estados Unidos buscaram dificultar a consolidação dessas iniciativas sub-regionais para a integração da América do Sul. Isso foi demonstrado pela assinatura da Declaração de Lima em 2011, que deu origem à Aliança do Pacífico, com México, Chile, Colômbia e Peru como Estados fundadores. Este adotou um modelo de regionalismo liberal, privilegiando claramente os temas econômicos e comerciais. No entanto, os perfis divergentes de seus membros não trouxeram os resultados esperados (MALAMUD, 2015).

O processo de integração sul-americano seguiu então duas trajetórias distintas: um primeiro eixo “Pacífico”, mais liberal e comercial, e um segundo “Atlântico”, que propunha um

modelo mais intervencionista e autonomista. No segundo caso, a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) foi lançada em 2004 por iniciativa de Hugo Chávez, então presidente da Venezuela. Muitos países do Caribe aderiram. A Alba tinha o objetivo declarado de formar um bloco político e desenvolver um modelo de integração mais justo, solidário e menos dependente da pressão dos Estados Unidos (ALTMANN, 2011).

Por sua vez, a Comunidade Andina de Nações (CAN) há muito está desarticulada politicamente. Foi criada em 1973, a partir da reorganização institucional do Pacto Andino. Foi apenas em 2006 que esses membros fundadores estabeleceram uma área de livre comércio definida. Seu modelo básico previa uma dimensão supranacional, com a criação do Parlamento Andino. A influência dos governos mais liberais da Colômbia e do Peru dificultou o surgimento de uma possível união aduaneira e deu origem a uma simples área de livre intercâmbio comercial, intercalada com alguns poucos tratados bilaterais que em grande parte favoreceram relações privilegiadas com os Estados Unidos (BRESSAN; LUCIANO, 2018).

Em 2011, a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) foi um passo importante no processo de integração dos Estados da América do Sul e do Caribe. Com efeito, a Celac serviu essencialmente como um espaço político de consulta e intercâmbio entre as nações, a fim de reduzir as assimetrias com os Estados Unidos. Alguns analistas apontaram que a CELAC poderia, de certa forma, substituir ou servir como alternativa a esses países da OEA, tradicionalmente associados ao seio norte-americano (AUROI, 2009).

Em relação à CELAC, é importante recordar brevemente o papel da Comunidade do Caribe (ou Caricom) no processo de integração sul-americano. Esse bloco regional foi criado em 1973 e tem sede em Georgetown, capital do Suriname. Este país está localizado, como sua vizinha Guiana, geograficamente na América do Sul, mas compartilha relações comerciais culturais e diplomáticas em grande parte com os estados do Caribe (FARIAS, 2000).

## **Consequências geopolíticas de um processo de integração em declínio**

### **América do Sul em crise: integração regional enfraquecida com o fim da Unasul?**

Com a onda de eleições de governos direitistas/conservadores e liberais, a integração regional sul-americana foi um ponto de inflexão nesse processo a partir de 2013. De fato, esse ano marcou a chegada ao poder de Horácio Cartes no Paraguai, seguido sucessivamente por Mauricio Macri na Argentina em 2015, depois no Peru com a vitória de Pedro Pablo Kuczynski em 2016, Levín Moreno no Equador em 2017, Ivan Duque no ano seguinte na Colômbia e Luís

Callé Pou no Uruguai em 2019. Os projetos e governos regionais instituídos na primeira década dos anos 2000 foram criticados e questionados pelos recém-eleitos governos de direita, qualificados por eles como corruptos, fruto dos sistemas mafiosos dos antigos governos de esquerda (GIBLIN, 2018).

Uma das principais decisões desses governos de direita e extrema direita foi a saída coletiva da Unasul. Orquestrada pela Colômbia em 2016, seguida pela Argentina, Paraguai, Brasil, Peru e finalmente Equador. Todos esses países se reuniram sob a égide do Chile para lançar o Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul). Em poucas palavras, não se tratava de oferecer uma alternativa crível à Unasul, mas sim de preparar uma agenda bastante vaga de ações em torno de temas relacionados a infraestrutura, energia, saúde ou defesa nacional (BRASIL, 2019).

Apesar da saída de vários países importantes da Unasul, como mencionado acima, ela continua existindo, embora suspensa, com a ajuda de Bolívia, Venezuela, Suriname e Guiana. No entanto, sua influência diplomática e econômica não permite compará-la com a época de sua criação, em 2008. Por outro lado, podemos também colocar em perspectiva a importância assumida pelo Mercosul, que foi marginalizado durante a presidência de Bolsonaro, devido à eleição na Argentina de Alberto Fernández, de tendências progressistas em 2019. O acordo-quadro com a União Europeia estando no centro das questões relacionadas ao agronegócio e à proteção da Amazônia, os dois blocos econômicos representam cerca de ¼ do PIB mundial (PENNAFORTE *et al.*, 2018).

### **O acordo Mercosul-EU à vista: dois modelos muito diferentes?**

O processo de integração sul-americana, como vimos, é marcado por avanços e retrocessos por questões econômicas, diplomáticas ou comerciais. Nesse sentido, é importante entender a complexidade dessas questões para olhar brevemente para a assinatura, em junho de 2019, do acordo-quadro entre a União Europeia e o Mercosul. Do ponto de vista empresarial, este é um passo significativo após décadas de negociações (DROGUE; RAMOS, 2005).

Em suma, e para se ter uma ideia da sua dimensão, é preciso definir até que ponto os blocos regionais vão conseguir cooperar num mercado que reúne cerca de 800 milhões de pessoas. Neste acordo, fica estabelecido que as duas partes podem negociar os estatutos legais, as normas sanitárias e outros aspectos relacionados à propriedade intelectual necessários para o aprofundamento do comércio entre a Europa e a América do Sul. De qualquer forma, o acordo-quadro marca um passo significativo para este último, em particular para aumentar suas

exportações. De fato, o acordo previa que passaríamos de 24 para 90% dos produtos do Mercosul com tarifa zero de importação para o período 2019-2029 (PENNAFORTE *et al.*, 2018).

Do lado da União Europeia, o acordo favoreceu, entretanto, até 100 mil milhões de dólares até 2035 em exportações do bloco. Do ponto de vista dos idealizadores, este acordo visa aumentar a competitividade internacional, ao colocar em competição direta setores que frequentemente se beneficiam de leis protecionistas, como foi o caso da Política Agrícola Comum (PAC). Diante dessa decisão, é compreensível que setores como a agricultura ou o setor de serviços possam estar insatisfeitos dentro da União Europeia, principalmente em função dos custos de produção, leis trabalhistas e questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Se corresponde a antigas expectativas de mercados consolidados no Brasil, o acordo UE-Mercosul também é alvo de críticas, sobretudo diante das políticas ambientais do governo Bolsonaro. Entendemos que o acordo UE-Mercosul ainda está longe de ser unânime e certamente levará alguns anos para ser ratificado (MARIANO, *et al.*, 2019).

### **Fronteiras sul-americanas diante do COVID-19: um dramático custo humano**

Além dos acordos de cooperação em comércio exterior, a América do Sul tem sido vítima, como todas as regiões do globo, do impacto da pandemia do vírus Sars-Cov-2, ou Covid-19. Do ponto de vista geopolítico, esta crise, de magnitude inigualável, veio evidenciar as deficiências do continente para lidar com este problema de saúde pública mundial. De fato, com a chegada dos primeiros casos aos aeroportos, os países sul-americanos fecharam rapidamente suas fronteiras terrestres, marítimas e aéreas.

Isso ocorreu de forma caótica, descoordenada ou planejada, criando situações delicadas para as famílias de turistas ou expatriados que desejam retornar à América do Sul. De certa forma, a crise da Covid-19 marcou o retorno do realismo político, com aumento da segurança nas fronteiras. Nisso, as chancelarias têm feito da proteção contra ameaças externas o seu *leitmotiv*, não hesitando em ofender os vizinhos e ignorando os acordos diplomáticos (VENTURA, 2020). A questão da migração internacional tem estado no centro das questões de saúde pública, mostrando com muita clareza as disparidades entre os países sul-americanos.

Além disso, notou-se a incapacidade dos países do Cone Sul, por exemplo, de encontrar soluções diplomáticas para os problemas mencionados. Da noite para o dia, milhares de famílias foram arbitrariamente separadas, os primórdios de crises humanitárias fizeram-se sentir, a dinâmica fronteira mudou completamente, restando apenas mercadorias para transitar entre

os países. Um dos exemplos de tensões regionais se cristalizou em torno da situação na Venezuela, principalmente devido às ondas migratórias para a Colômbia e o Brasil. Os governos destes dois países têm aproveitado esta situação para aumentar as tensões geopolíticas, de forma a desestabilizar o tão criticado governo de Maduro (JAROCHINSKI-SILVA; BAENINGER, 2021).

Os serviços sociais e de saúde rapidamente mostraram seus limites, e o custo humano foi catastrófico para a América do Sul. Em junho de 2021, o continente se tornou o epicentro da pandemia global, com centenas de milhares de novos casos por dia. Um dos motivos foi a disseminação de políticas de negação da pandemia, seja pelo não uso de máscaras, pela não proibição de aglomerações públicas ou pelas dificuldades em lançar campanhas efetivas de vacinação. Em todos os casos, as regiões de fronteira foram particularmente afetadas, especialmente na Amazônia.

### **Considerações finais**

Como foi evidenciado ao longo do artigo, podemos concluir que a dinâmica regional na América do Sul resultou da tensão (ou dialética) entre os centros (geo)políticos e as áreas de fronteiras, inserindo-se nos processos de consolidação interno das nações sul-americanas. Como resultado, podemos afirmar a resistência histórica, por parte das nações do continente sul-americano, em aprofundar politicamente o processo de integração regional.

Nos últimos anos, o processo de integração regional na América do Sul enfraqueceu e as fronteiras das nações se fecharam sobre si mesmas. Como pudemos observar com a pandemia global de Covid-19, os países da América do Sul não conseguiram articular suas políticas nacionais de saúde pública e enfraqueceram as relações bilaterais, como foi o caso da Colômbia com a Venezuela, ou do Brasil com seus vizinhos, com a explosão no número de casos desde maio de 2020.

Desde 2016, a onda de desinformação, radicalismo ideológico e rejeição às instituições regionais existentes reforçam a ideia do fim de um ciclo virtuoso de cooperação na América do Sul. De fato, as ações conjuntas, a cooperação e a união dos povos sul-americanos parecem fragilizadas, principalmente com o atual cenário de pandemia. A América do Sul, como vimos neste capítulo, é historicamente vulnerável à dinâmica eleitoral.

As políticas públicas que são implementadas são muitas vezes alteradas ou substituídas pelo governo que chega ao poder. Os mais conservadores questionam os avanços sociais e/ou econômicos, não hesitando em rotulá-los de “populistas”. Em poucas palavras, entendemos que

as perspectivas de desenvolvimento dos países sul-americanos são limitadas principalmente pelo peso de políticas vinculadas a governos de direita ou de esquerda, em detrimento de políticas estatais mais sustentáveis. Isso se aplica na América do Sul também para a cooperação para a integração regional.

## REFERÊNCIAS

ALTMANN, L. **América Latina y el caribe: ALBA: ¿Una nueva forma de integración regional?** Buenos Aires: Teseo/FLACSO, 2011.

AUROI, C. Tentatives d'intégration économique et obstacles politiques en Amérique Latine dans la seconde moitié du XX<sup>ème</sup> siècle. **Relations Internationales**, Paris, v. 1, n. 137, p. 91-113, 2009.

BANDEIRA, L. A. M. A Guerra do Chaco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 162-197, 1998.

BRASIL. **Declaração Presidencial sobre a Renovação e o Fortalecimento da Integração da América do Sul**. Pronunciada em Santiago do Chile, 22 de março de 2019.

BRESSAN, R. N.; LUCIANO, B. T. A Comunidade Andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 26, n. 65, p. 62-80, 2018.

BRICEÑO-RUIZ, J. O auge e a crise do “novo Mercosul” no período pós-hegemônico (2003-2016). **Lua Nova**, São Paulo, n. 112, p. 55-86, 2021.

BUENO, C. O Barão do Rio Branco no Itamaraty (1902-1912). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 55, n. 2, p. 170-189, 2012.

BUENO, C.; RAMANZINI JÚNIOR, H.; VIGEVANI, T. Uma perspectiva de longo período sobre a integração latino-americana vista pelo Brasil. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 549-583, 2014.

CAMARGO, S. de. Europa Ocidental e América do Sul: duas regiões à procura de sua integração. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.15, n. 2, p. 193-213, 1993.

CERVO, A.; BUENO, C. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

CHAUNU, P. **Conquête et exploitation des nouveaux mondes: XIV<sup>ème</sup> siècle**. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

CLIMACO, C. En amont d'une indépendance. Les relations entre Lisbonne et Rio de Janeiro – 1807-1822. **Amérique Latine Histoire et Mémoire**. Les Cahiers ALHIM, 2010. n. 19.

COMPAGNON, O. **L'adieu à l'Europe**. L'Amérique latine et la Grande Guerre. Paris: Fayard, col. L'épreuve de l'histoire, 2013.

DABÈNE, O. L'intégration régionale en Amérique Latine: le Mercosur. **Études du CERI**, Paris, n. 8, p. 1-41, 1995.

DHENIN, M. La importancia estratégica de la carretera transoceánica en la Amazonia". *In*: GUEVARA, G. da S. (org.), **Geopolítica Latinoamericana: Nuevos Enfoques y Temáticas**, Bogotá: Universidad Externado de Colombia, p. 87-118, 2015.

DROGUE, S. ; RAMOS, M. P. L'accord UE-Mercosur: le blocage agricole. *In*: **La Chronique des Amériques**. Université du Québec, CEIM, 2005.

ENDERS, A. **Nouvelle Histoire du Brésil**. Paris: Chandeigne, 2008.

FARIAS, D. B. L. O Brasil e o CARICOM. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 43-68, 2000.

FREGA, A. **Historia Regional e Independencia del Uruguay**. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

GIBLIN, B. Editorial. **Hérodote**, Paris, v. 4, n. 171, p. 3-5. 2018.

GUILLERMON, A. Les jésuites. "**Que sais-je?**", Paris, 1992.

HOLANDA, S. B. de. **História geral da civilização brasileira: a época colonial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

JAROCHINSKI-SILVA, J. C.; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 29, n. 63, p. 123-139, 2021.

MALAMUD, C. Regional Integration and Cooperation in Latin America. **Global Journal of Emerging Market Economies**, Pequim, v. 7, n. 2, p. 92-120, 2015.

MARIANO, K. L. P.; LUCIANO, B. T.; SANTOS, L. B. dos. Parlamentos regionais nas negociações comerciais: o Parlamento Europeu e o do Mercosul no acordo União Europeia-Mercosul. **Opinião Pública**, v. 25, n. 2, p. 377-400, 2019.

MEYER, J. **L'Europe et la conquête du monde**. Paris: Armand Colin, 2009.

MONTE, D. S. do.; ANASTASIA, F. Cláusula Democrática do Mercosul: indefinição conceitual e uso estratégico. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, n. 62, p. 11-36, 2017.

NERY, T. UNASUL; a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. **Cadernos CRH**, São Paulo, v. 29, n. sp. 3, p. 59-75, 2016.

PENNAFORTE, C.; RIBEIRO, G. da S.; BONES, N. K. Acordo Mercosul-União Europeia: entre o discurso e a realidade. Impacto e perspectivas. **Conjuntura Austral – Journal of the Global South**, Porto Alegre, v. 9, n. 46, p. 5-21, 2018.

QUENAN, C. ; VELUT, S. (org.) **Les enjeux du développement en Amérique Latine**. Dynamiques socioéconomiques et politiques publiques. Paris: Agence Française de Développement, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REIS, M. dos; AZEVEDO, A. F. Z. de.; LÉLIS, M. T. C. Os efeitos do novo regionalismo sobre o comércio. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 351-381, 2014.

SANTOS, N. B. dos. Cinquenta anos de OEA: o que comemorar? **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 41, n. 2, p. 159-164, 1998.

SEITENFUS, R. Considerações sobre o Mercosul. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6. n. 16, p. 117-131, 1992.

VARGAS, M. A imagem do mundo e as navegações ibéricas. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 81-96, 1995.

VENTURA, C. **Covid-19 en Amérique Latine: Au delà d'une crise sanitaire**. Note pour l'Agence Française de Développement, Paris, 2020.

VESPÚCIO, A. Novo **Mundo**: as cartas que batizaram a América. Introdução e notas Eduardo Bueno. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

WASSERMAN, C. **História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

*CRediT Author Statement*

---

**Reconhecimentos:** Não se aplica.

**Financiamento:** Não se aplica.

**Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.

**Aprovação ética:** O trabalho respeitou a ética de pesquisa. Não passou por comitê de ética.

**Disponibilidade de dados e material:** Sim.

**Contribuições dos autores:** O autor principal é o autor de todo o conteúdo do artigo.

---

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

